



LEI Nº 851/2021

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR O PAGAMENTO AO FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SARZEDO – FSSMS, DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO DESCONTADAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DOS MESES DE NOVEMBRO, DEZEMBRO E 13º SALÁRIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. Prefeito do Município de Sarzedo:

FAÇO SABER que a CAMARA DE VEREADORES aprova e EU sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo Municipal autorizado, a realizar ao Fundo de Seguridade Social do Município de Sarzedo – FSSMS, das contribuições previdenciárias não descontadas dos servidores municipais dos meses de novembro, dezembro e 13º salário de 2020.

Parágrafo Único: O valor, que será pago em única parcela, totalizando o importe de R\$ 196.330,49 (Cento de Noventa e Seis Mil, Trezentos e Trinta Reais e Quarenta e Nove Centavos), devidamente corrigidos conforme tabela em anexo.

Art. 2º. Com a devida quitação do débito por parte do Executivo Municipal fica este, autorizado, ainda, a descontar de cada servidor o valor correspondente de seu débito até a sua quitação total.

Art. 3º. Fica determinado que todos os servidores poderá parcelar o debito em até 10 (dez) parcelas fixas, sem juros, para a quitação do débito com o município, sendo que, caso algum servidor não queira usar o prazo acima determinado poderá optar pelo pagamento em cota única



§1º A manifestação expressa do servidor (anexo I), deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente a partir de fevereiro de 2022.

§2º Deverá ser informado no contracheque do servidor para que possa apresentar manifestação do que trata o §1º deste artigo.

Art.4º. Caso o servidor escolha pagar em menos de 10 (dez) parcelas deverá apresentar o requerimento do anexo I, ao setor de departamento de pessoal para que faça a adequação no sistema.

Parágrafo único: Uma vez escolhida uma das condições de pagamento as mesmas não poderão ser alteradas posteriormente.

Art.5º. Os descontos dos valores ora em referência serão efetuados no mês subsequente a sanção da lei.

Parágrafo Único: No caso de desligamento do servidor, que tenha optado pelo parcelamento do débito, fica o município autorizado a realizar o desconto do saldo remanescente do parcelamento, na rescisão do servidor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sarzedo, 17 de dezembro de 2021.

Marcelo Pinheiro do Amaral

Prefeito Municipal